

SUBCOMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA COTIA GUARAPIRANGA

1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO SUBCOMITÊ COTIA-GUARAPIRANGA – GESTÃO 2011/2013

Data da Reunião: 14dejunho de 2011 – 14h00

Local: PARQUE FRANCISCO RIZZO - Rua Alberto Giosa nº 300 – Embu das Artes – SP

Aos quatorze dias de junho de 2011 reuniram-se no Parque Francisco Rizzo, situado à Rua Alberto Giosa nº. 300, em Embu das Artes-SP, os Conselheiros, representantes e convidados do SCBH-Cotia Guarapiranga, para tratar da pauta, conforme estabelecido no Ofício de Convocatória SCBH-CG nº 06/11. A Prefeita Maria Aparecida Maschio, representando segmento municípios pela Prefeitura de Juquitiba, abriu a reunião dando as boas vindas. **A Ata da 7ª. reunião ordinária da gestão 2009/2011 ocorrida em 12 de abril de 2011 foi aprovada.** Pelo item da pauta, informes, Claudio Dias, Vice-presidente representando segmento Sociedade Civil Organizada/AEATE ressaltou a importância da representação das entidades, em especial por seu segmento a Sociedade Civil, comunicando que a Associação dos Engenheiros e Arquitetos da região foi convidada pela Prefeitura de Itapeverica da Serra para participar da discussão de revisão do Plano Diretor e suas diretrizes antes de ser apresentado em audiência pública. Amauri Pollachi, Secretário Executivo do Subcomitê, representando segmento governo do Estado de São Paulo/Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos, informou que o andamento do processo para preenchimento das vacâncias do segmento da Sociedade Civil resultou que apenas quatro entidades manifestaram interesse em participar do sistema colegiado de recursos hídricos, porém nenhuma ainda pelo SCBH-Cotia Guarapiranga, portanto continua aberto para participação dessas entidades. Solicitou apoio de todos para que incentivem a participação das entidades, especificamente para as vagas com entidades que representam a Defesa dos Consumidores, Associações de Moradia, e atividades lazer, náutica e pesca. Relatou a reunião ocorrida das mesas diretoras do Comitê e dos Subcomitês: foram identificadas algumas linhas de atuação, como o Plano da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê, elaborado e concluído no final de 2010 com diretrizes para os investimentos de projetos a serem financiados com os recursos FEHIDRO. O Comitê do Alto Tietê fará uma ampla discussão do Plano, divulgando-o como ferramenta de planejamento e para a promoção de importantes ações que beneficiam os recursos hídricos e o saneamento na bacia, e para tanto está previsto no mês de agosto um Seminário. O segundo aspecto discutido foi sobre as Leis Específicas-LE das APRMs-Áreas de Recuperação e Proteção dos Mananciais, e no que tange ao Subcomitê, por meio da Secretaria Executiva, contanto com a colaboração do colegiado, deverão elaborar um relatório sobre a aplicação da LE Cotia-Guarapiranga em conjunto com o Subcomitê Pinheiros-

41 Pirapora com as informações da bacia do rio Cotia. Sobre a cobrança pelo uso da
42 água foi estabelecido que em cada reunião do Comitê do Alto Tietê o DAEE, como
43 órgão estadual responsável pela operacionalização dos procedimentos da
44 cobrança, fará um relato sobre o andamento do cronograma proposto. Na reunião
45 também trataram do tema das indicações para composição do Conselho da
46 FABHAT quando da renovação de sua Direção. No quesito comunicação, através
47 dos recursos FEHIDRO pleiteados na modalidade Demanda Induzida será
48 priorizada a criação do site do Comitê do Alto Tietê com links também para os
49 Subcomitês. Os temas que não puderam ser debatidos na primeira reunião das
50 mesas diretoras do Comitê e dos Subcomitês terão continuidade em uma nova
51 reunião, provavelmente a ser agendada no município de São Paulo. Jumara
52 Moraes Bocatto representando segmento municípios/Prefeitura de São Lourenço
53 da Serra, solicitou que no item comunicação também seja disponibilizado no site
54 todas ações pertinentes ao uso e ocupação do solo na bacia, contendo por
55 exemplo Leis e mapas, e todo material necessário para que o cidadão comum
56 possa entender claramente o que necessita evitando ter que recorrer
57 obrigatoriamente aos despachantes e aqueles que se aproveitam da complexidade
58 da estrutura atual. Valentina Denizo, representando segmento Governo do Estado
59 de São Paulo/Secretaria da Habitação-CDHU disse que também seria interessante,
60 no tempo oportuno, avaliarem o Plano de bacia, o PDPA e a LE, e uma
61 sistematização do banco de dados da região dentro do sistema de informação.
62 Márcia Nascimento, representando segmento governo do Estado de São
63 Paulo/Secretaria do Meio ambiente-SMA, como Coordenadora da Câmara Técnica
64 apresentou as atividades que a Câmara Técnica de Planejamento e Gestão
65 desenvolveu sobre o regimento interno e aplicação da LE no Guarapiranga e a
66 compatibilização com os Planos Diretores municipais. Os projetos do Subcomitê
67 que pleitearam recursos FEHIDRO/2011 foram apresentados pela Prefeitura de
68 Embu com o projeto Plano de manejo da APA Embu Verde na bacia do rio Cotia, a
69 Prefeitura de São Lourenço da Serra-Adequação do Plano Diretor à Lei específica
70 da Guarapiranga, Prefeitura de Itapeverica da Serra-Programa de educação
71 ambiental para recuperação de córregos da bacia da Guarapiranga, Prefeitura de
72 Juquitiba-Sistema de informações geográficas e ambientais do Juquitiba, e as
73 ONGs Grupo multidisciplinar de auxílio comunidade-Reciclarte e Sociedade
74 Ecológica-Programa de Jovens. Informou que o Comitê do Alto Tietê repassou para
75 Secretaria Executiva do Subcomitê a relação dos projetos FEHIDRO porém como
76 não foi separada por Subcomitês ainda resta o trabalho de pré seleção e
77 detalhamento para que na segunda etapa possam catalogar o material que deverá
78 constituir parte do acervo para a Biblioteca do Subcomitê. Por ofício solicitaram a
79 Emplasa cópia do mapeamento do uso e ocupação do solo na região metropolitana
80 de São Paulo, posto que foi um produto resultante de projeto FEHIDRO tendo
81 como tomadora dos recursos a Emplasa em 2004. Sobre a elaboração do
82 regimento interno da Câmara Técnica três Artigos da Deliberação CBH-AT Nº. 09

83 mereceram maior relevância: o Art. 3º. que trata das atribuições das CTs do Alto
84 Tietê, e que deverão estabelecer paralelo com as CTs do Subcomitê, o Art. 9º.
85 sobre a elaboração anual de um plano de trabalho mínimo compatível com o plano
86 de bacia e cronograma de trabalho do Comitê do Alto Tietê que deverão
87 encaminhar à CTPG-AT, e o Subcomitê deverá definir sua forma de atuação e
88 como será a integração com o Comitê, e finalmente o Art. 17º. sobre as normas de
89 funcionamento das CTs do Subcomitê bem como sua articulação com o Comitê do
90 Alto Tietê que deverá ser objeto de elaboração conjunta com a CTPG-AT e a
91 Câmara Técnica de Planejamento e Gestão do Subcomitê. O principal ponto
92 defendido por todos integrantes da Câmara Técnica foi a manutenção da
93 autonomia dos trabalhos do Subcomitê Cotia Guarapiranga e de suas Câmaras
94 Técnicas em conformidade com a política estadual de recursos hídricos,
95 descentralizada, participativa e preservando a autonomia das diversas subbacias
96 que compõem a bacia hidrográfica do Alto Tietê. Outra demanda de trabalho para a
97 CT será a análise das dificuldades e proposição de alternativas para aplicação da
98 LE e do Decreto regulamentador a fim de estabelecerem normas para
99 solucionarem conflitos existentes na aplicação da LE Guarapiranga. Após amplo
100 debate, registrado na Ata de inteiro teor, foi decidido sobre a participação do
101 Subcomitê, e principalmente dos integrantes da Câmara Técnica de Planejamento
102 e Gestão do Subcomitê, na reunião da CTPG-AT do dia 15 de junho para análise,
103 pontuação e hierarquização dos projetos FEHIDRO/2011. **A plenária do**
104 **Subcomitê aprovou por unanimidade Moção ao CBH-AT, a ser enviada no**
105 **mesmo dia, solicitando participação da Câmara Técnica de Planejamento e**
106 **Gestão do SCBHAT- CG na reunião da CTPG-AT na Fundação Agência da**
107 **Bacia para análise de seus projetos pleiteando recursos junto ao FEHIDRO,**
108 **sem prejuízo de sua manifestação, no dia 21 de junho de 2011.** José Roberto
109 Terassi, representando Sociedade Civil Organizada/ACISE no Comitê do Alto Tietê,
110 solicitou que fosse enviado a todo colegiado a relação dos projetos FEHIDRO pelo
111 Subcomitê, disse "... na verdade na minha opinião deveria suspender todo e
112 qualquer recurso do FEHIDRO para que possamos fazer o direcionamento, e
113 sempre fui a favor, para que as prefeituras encabecem isso, até porque na verdade
114 está ficando profissionalizantes os tomadores da Sociedade Civil e isso para mim é
115 incabível, não concordo de forma nenhuma, a Sociedade civil tem que fiscalizar o
116 dinheiro e não ser a tomadora, (...) vamos aprovar, nós membros do Subcomitê e
117 do Comitê, e não sabemos nem quais são os projetos, sua importância, por quê,
118 para que, quem é o tomador, quem na verdade está tomando dinheiro todos anos,
119 e qual é o resultado de tudo isso. Isso é um absurdo!... a Sociedade Civil tem que
120 colaborar fazendo projeto para a prefeitura, e a prefeitura gerenciando. Isso sim é
121 projeto." Leandro David, ONG Sociedade Ecológica, disse "...não vejo dessa forma
122 tão radical como o Terassi, nessa parceria com a Sociedade Civil por exemplo
123 fizemos um trabalho da Agenda 21 por 2-3 anos em toda a bacia, da Sociedade
124 Ecológica em parceria, então acho que temos que ter um olhar caso a caso, projeto

125 por projeto, tem projetos bons, outros não, agora, não excluir de toda forma a
126 Sociedade Civil.” Sobre a reunião da CTPG-AT no dia 15 de junho Eloisa Helena,
127 representando segmento Sociedade Civil Organizada/Fiesp lembrou que os
128 procedimentos da análise dos projetos foram aprovados por Deliberação no Comitê
129 do Alto Tietê com a participação do Subcomitê, colocou se não valeria a pena
130 enviar um suplente para a reunião. Valentina disse que passada a fase atual de
131 seleção dos projetos poderiam reavaliar os procedimentos acordados para os
132 processos de aprovação de projetos FEHIDRO. Sobre a aplicabilidade da Lei
133 específica da Guarapiranga poderiam avaliar em trabalho conjunto, ou
134 paralelamente, a Lei específica da APRM Billings com o Subcomitê Billings-
135 Tamandateí e até mesmo realizarem reunião plenária conjunta. João Carlos
136 Ramos, representando segmento municípios/Prefeitura Embu das Artes, Secretário
137 do Meio Ambiente, apontou a necessidade da elaboração obrigatória de
138 indicadores de resultados para os projetos FEHIDRO, disse mais, “Porque esses
139 projetos que estão sendo oferecidos visam a melhoria do meio ambiente e muitas
140 vezes temos uma repetição daquilo que está pedindo e acredito que muitas vezes
141 nem damos conta que já teve um projeto parecido, não em Educação ambiental
142 que é inesgotável e vamos fazer a vida toda, mas na situação de recuperação de
143 nascentes por exemplo. A questão colocada pelo Daniel da revisão da Lei
144 Específica nós em Embú estamos concluindo a revisão do plano diretor, e apesar
145 de ter um desgaste interno do governo porque somos contra essas situações
146 contraditórias da Lei Específica, e o legislativo também é contra porque é ele que
147 sofre as reclamações da comunidade como quem tem um lote de 125m quando a
148 Lei específica fala que tem que ser 250m, nós fechamos consenso para a realidade
149 de que vamos respeitar a Lei específica porque quando fizemos o Plano Diretor
150 fizemos com base na Lei específica, (...) mas também vamos fazer uma situação
151 imediata de pedir a revisão porque não nos sentimos no direito de pedir uma
152 revisão quando estamos irregulares, e a partir do momento que imediatamente há
153 atualização do Plano Diretor à luz do que determina a Lei Específica me considero
154 também no direito e acho que esse direito tem que ser regional, (...)... para finalizar,
155 já conversamos bastante no Subcomitê... solicito, Amauri, e Cida, propor mesmo
156 fazermos encontros com os outros Subcomitês e com o Comitê para esclarecer
157 dentro de uma integração, acho que isso está faltando, tendo esses espaços
158 abertos, para não termos essas críticas, e concordo em uma coisa com o Roberto,
159 sabemos que tem entidades da Sociedade civil que desde que nasceu vive para
160 fazer projetos em recursos hídricos, e não queremos ficar questionando naquele
161 nível de dúvida, não é essa ideia, mas que não vemos o benefício regional, vemos
162 o benefício da entidade dele, e podemos, inclusive nós, tirar uma Comissão, que dá
163 trabalho, dá, porque não vamos pensar que são outras pessoas que vão trazer
164 mastigado, provavelmente seremos nós que vamos em caravana fazendo uma vez
165 por mês a análise de um projeto, que seja, na região, não sei, tem de pensar em
166 alguma proposta.” A Presidenta disse que o Subcomitê poderia determinar alguns

167 assuntos pertinentes à região para os projetos elaborados pela Sociedade Civil.
168 João concluiu dizendo que a Sociedade Civil têm papel fundamental dentro do
169 sistema mas teriam que encontrar mecanismos para excluir os oportunistas. O
170 Secretário lembrou que a demanda de acompanhamento e avaliação dos projetos
171 em princípio ficaria a cargo da FABH-AT e até poderiam esperar esse
172 procedimento a partir da efetivação dos instrumentos da cobrança pelo uso da
173 água, somado ao papel de gestão do Comitê e dos Subcomitês, o que apontou
174 como sendo um desafio para a atual gestão, "...assim acho que começamos a
175 transformar essa realidade e creio que esse é um ponto de pauta para a próxima
176 reunião das mesas diretoras." Márcia lembrou que ainda será necessário o trabalho
177 de compatibilização dos Planos Diretores municipais com a Lei Específica.
178 Tendo sido cumprida a pauta dos trabalhos a reunião foi encerrada. A Ata da
179 reunião plenária ordinária do SCBHAT-CG foi taquigrafada pelo taquígrafo Dartan
180 Gravina, e coordenada pela Secretaria Executiva.